

**EDcl nos EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM
RECURSO ESPECIAL Nº 979.306 - PR (2016/0236218-2)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : EDSON BARG
EMBARGANTE : GIULIANA TROMBINI
EMBARGANTE : JOEL TROIB
EMBARGANTE : JONAS KATZ
EMBARGANTE : MINA KATZ
EMBARGANTE : RECUPERE SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA
EMBARGANTE : RUBENS KATZ
EMBARGANTE : WLADIMIR OLYMPIO TROMBINI FILHO
ADVOGADA : TÂNIA REGINA PEREIRA E OUTRO(S) - SC007987
EMBARGADO : CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA
ADVOGADOS : CLEBER MARQUES REIS - RJ075413
GERALDO QUEIROZ JUNIOR - PR046447
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por EDSON BARG e OUTROS contra decisão de e-STJ fls. 1.982/1.985, que rejeitou os anteriores aclaratórios, ao fundamento de que não haveria omissão quanto à fixação de honorários recursais, porquanto não teria havido condenação da parte vencida ao pagamento dessa verba na origem.

Os embargantes sustentam, em essência, que, "ao contrário do entendimento do ministro relator, os honorários sucumbenciais foram fixados em decisão proferida no Cumprimento de Sentença" (e-STJ fl. 2.005), de modo que seriam cabíveis honorários recursais, conforme o disposto no art. 85, §11, do CPC/15.

A parte embargada apresentou impugnação (fls. 2.013/2.015).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No caso, conforme aduzido pela parte embargante, observa-se que, de fato, houve omissão na decisão embargada.

Com efeito, o Plenário do STJ aprovou o Enunciado Administrativo 7, segundo o qual, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC)."

Na espécie, o acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, publicado sob a égide do CPC/2015, assim se manifestou, no que interessa (e-STJ fls. 1.181):

No caso dos autos, a parte ora agravada postulou o pagamento de R\$ 906.696,69, posicionada para maio/2013. Intimada para pagamento do débito reclamado, nos termos do artigo 475-J do CPC, a ELETROBRÁS (evento 9) apontou como devido o valor de R\$ 153.793,66, posicionado para julho/2013. O juiz singular acolheu parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela ELETROBRÁS, fixando o montante exequendo no total de R\$ 747.924,23, posicionado para maio/2013, sendo R\$ 712.308,79 de principal e R\$ 35.615,44 de honorários advocatícios.

Assim, a decisão agravada merece ser reformada no ponto, porque fixou verba honorária superior àquela que - usualmente - a jurisprudência desta Corte fixa. De fato, a diferença entre aquilo defendido pela Eletrobrás e aquilo fixado pelo juiz foi de, aproximadamente, R\$ 550.000,00. A verba honorária fixada em R\$ 35.000,00 (aproximadamente) representa em torno de 7%. Merece ser reduzida para 5%.

Nesse contexto, ao deixar de observar esse fundamento do acórdão recorrido, a decisão agravada incorreu em omissão, impondo-se sanar esse vício de natureza processual, a fim de fixa a verba honorária recursal. A propósito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ERRO MATERIAL. CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Honorários recursais. Cabimento.

III - Embargos de declaração acolhidos. (EDcl no REsp 1.683.645/RS, Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/02/2018).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. OMISSÃO QUANTO À FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA INTEGRAÇÃO DO JULGADO.

1. Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. O mero inconformismo com a decisão agravada não enseja a necessária imposição da multa, prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 (Precedentes)

3. Consoante o disposto no art. 85, § 11, do CPC, c/c o Enunciado Administrativo n. 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), e levando em consideração o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se também a majoração dos honorários advocatícios a título de sucumbência recursal.

4. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos modificativos, para fixar honorários de sucumbência recursal. (EDcl no AgInt no AREsp 1.195.590/MG, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 24/05/2018).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, ACOLHO os declaratórios opostos por EDSON BARG e OUTROS para complementar a decisão anteriormente proferida (e-STJ fls. 1.958/1.960), a fim de determinar a majoração da verba honorária, em desfavor da parte embargada, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal.

Após, venham-me os autos conclusos para o exame do agravo interno interposto pelas CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator